

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO
AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO
PIAUÍ (AGRESPI), SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ (SEPLAN)
E SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO PIAUÍ (SETUR) - EDITAL Nº 01/2026

NÍVEL SUPERIOR

01101 – ANALISTA DE REGULAÇÃO – CONTABILIDADE – TIPO A

Frase: A cooperação fortalece equipes.

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **40 (quarenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova discursiva;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova discursiva.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e a prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

A infinita fiadeira

A aranha, aquela aranha, era tão única: não parava de fazer teias! Fazia-as de todos os tamanhos e formas. Havia, contudo, um senão: ela fazia-as, mas não lhes dava utilidade. O bicho repaginava o mundo. Contudo, sempre inacabava as suas obras. Ao fio e ao cabo, ela já amalhava uma porção de teias que só ganhavam senso no rebrilho das manhãs.

E dia e noite: dos seus palpos primavam obras, com belezas de cacimbo gotejando, rendas e rendilhados. Tudo sem fim nem finalidade. Todo bom aracnídeo sabe que a teia cumpre as fatais funções: lençol de núpcias, armadilha de caçador. Todos sabem, menos a nossa aranhinha, em suas distraçoeiras funções.

Para a mãe-aranha aquilo não passava de mau senso. Para que tanto labor se depois não se dava a indevida aplicação? Mas a jovem aranha não fazia ouvidos. E alfaiatava, alfinetava, cegava os nós. Tecia e retecia o fio, entrelaçava e reentrelaçava mais e mais teia. Sem nunca fazer morada em nenhuma. Recusava a utilitária vocação da sua espécie.

— Não faço teias por instinto.

— Então, faz por quê?

— Faço por arte.

Benzia-se a mãe, rezava o pai. Mas nem com preces. A filha saiu pelo mundo em ofício de infinita teceloa. E em cantos e recantos deixava a sua marca, o engenho da sua seda. Os pais, após concertação, a mandaram chamar. A mãe:

— Minha filha, quando é que assentas as patas na parede?

E o pai:

— Já eu me vejo em palpos de mim...

Em choro múltiplo, a mãe limpou as lágrimas dos muitos olhos enquanto disse:

— Estamos recebendo queixas do aranha.

— O que é que dizem, mãe?

— Dizem que isso só pode ser doença apanhada de outras criaturas.

Até que se decidiram: a jovem aranha tinha que ser reconduzida aos seus mandos genéticos. Aquele devaneio seria causado por falta de namorado. Não tendo nunca digerido um machito. E organizaram um amoroso encontro.

— Vai ver que custa menos que engolir mosca – disse a mãe.

E aconteceu. Contudo, ao invés de devorar o singelo namorado, a aranha namorou e ficou enamorada. Os dois deram-se os apêndices e dançaram ao som de uma brisa que fazia vibrar a teia. Ou seria a teia que fabricava a brisa?

A aranha levou o namorado a visitar a sua coleção de teias, ele que escolhesse uma, ficaria prova de seu amor.

A família desiludida consultou o Deus dos bichos, para reclamar da fabricação daquele espécime.

Uma aranha assim, com mania de gente? Na sua alta teia, o Deus dos bichos quis saber o que poderia fazer. Pediram que ela transitasse para humana. E assim sucedeu: num golpe divino, a aranha foi convertida em pessoa. Quando ela, já transfigurada, apresentou-se no mundo dos humanos, logo lhe exigiram a imediata identificação. Quem era, o que fazia?

— Faço arte.

— Arte?

E os humanos se entreolharam, intrigados. Desconheciam o que fosse arte. Em que consistia? Até que um, mais velho, lembrou-se que houvera um tempo, em tempos de que já se perdera memória, em que alguns se ocupavam de tais improdutivos afazeres. Felizmente, isso tinha acabado, e os poucos que teimavam em criar esses pouco rentáveis produtos – chamados de obras de arte – tinham sido geneticamente transmutados em bichos. Não se lembrava bem de que tipos. Aranhas, ao que parece.

COUTO, Mia. A infinita fiadeira. In: COUTO, Mia. O fio das missangas: contos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

1. “Todo bom aracnídeo sabe que a teia cumpre as **fatais funções** (1): **lençol de núpcias, armadilha de caçador** (2).”

A coesão do trecho 1, em relação ao 2, deu-se por:

- (A) Dêixis.
- (B) Elipse.
- (C) Anáfora.
- (D) Catáfora.

2. Acerca da palavra “senão”, no contexto discursivo a seguir, é correto afirmar que:

“A aranha, aquela aranha, era tão única: não parava de fazer teias! Fazia-as de todos os tamanhos e formas. Havia, contudo, um senão: ela fazia-as, mas não lhes dava utilidade.”

- (A) Trata-se de uma conjunção adversativa, indicando uma contrariedade no ofício da aranha.
- (B) Constitui uma conjunção concessiva, indicando um contraste, mas sem impedir que o fato principal, o ofício da aranha, aconteça.
- (C) Trata-se de um substantivo, indicando um inconveniente no fato de a aranha não dar uma serventia à sua arte.
- (D) Constitui uma aglutinação entre uma conjunção (se) e um advérbio (não), indicando uma condicionalidade para que a arte feita pela aranha fosse reconhecida pelo aranha.

3. No trecho “— Vai ver que custa menos que engolir mosca – disse a mãe”, a expressão destacada exerce função de modalização discursiva, sendo corretamente classificada como um modalizador:

- (A) Epistêmico, por expressar uma conjectura formulada pela mãe-aranha acerca do êxito do encontro amoroso.
- (B) Delimitador, por restringir objetivamente o alcance da informação ao contexto imediato da narrativa.
- (C) Deontico, por manifestar uma injunção da mãe-aranha para que a filha aceite o pretendente.
- (D) Apreciativo, por revelar um julgamento de valor acerca da personalidade artística da jovem aranha.

4. “Os pais, após concertação, a mandaram chamar.”

No contexto do texto em evidência, o vocábulo “concertação” pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por:

- (A) Reparo, por indicar que a aranha precisava corrigir a forma como exercia seu ofício para se adequar aos costumes do aranha.
- (B) Consenso, por expressar a ideia de acordo ou entendimento alcançado entre os pais antes de tomarem uma decisão sobre a filha.
- (C) Repreensão, por significar censura ou advertência dirigida à aranha em razão de uma conduta considerada inadequada à sua espécie.
- (D) Hesitação, por denotar indecisão ou demora na tomada de decisão dos pais diante da situação incomum em que se encontrava a jovem aranha.

5. A respeito da regência do verbo demarcado em I e em II, aponte a alternativa correta a seguir.

- I. “[...] lembrou-se que houvera um tempo [...]”
- II. “Não se lembrava bem de que tipos.”

- (A) Em I, há uma infração à norma-padrão, pois o verbo “lembrar-se”, exige a preposição “de”.
- (B) Em II, há uma infração à norma-padrão, pois o verbo “lembrar” é transitivo direto, portanto, não exige a preposição “de”.
- (C) “Lembrar-se”, em I, está de acordo com as regras de regência, uma vez que esse verbo, conforme a norma-padrão, deve ser pronominal.
- (D) Em I e em II, o verbo “lembrar-se” apresenta a mesma regência, sendo facultativo o emprego da preposição “de” antes da oração subordinada introduzida pela conjunção “que”.

6. Atente-se à função das preposições enumeradas em 1 e em 2 para assinalar o item correto dentre as alternativas que seguem.

- “A filha saiu pelo mundo em ofício de¹ infinita teceloa.”
- “Ao fio e ao cabo, ela já amalhava uma porção de² teias [...]”

- (A) 1 e 2 introduzem complementos nominais.
- (B) 1 introduz adjunto adnominal; 2, complemento nominal.
- (C) 1 introduz complemento nominal; 2, adjunto adnominal.
- (D) 1 e 2 introduzem adjuntos adnominais.

7. “Na sua alta teia, o Deus dos bichos quis saber o que poderia fazer.”

A oração ressaltada é tipificada como:

- (A) Subordinada substantiva subjetiva.
- (B) Subordinada adjetiva restritiva.
- (C) Subordinada adverbial consecutiva.
- (D) Subordinada substantiva objetiva direta.

8. “[...] ela fazia-as, mas não lhes dava utilidade.”

A respeito do verbo destacado, no contexto em que se insere, é correto dizer que:

- (A) É transitivo indireto, cujo objeto indireto é o pronome oblíquo “lhe”.
- (B) É transitivo direto, cujo objeto direto é o pronome oblíquo “as”, que recupera o termo “teias”.
- (C) É bitransitivo, em que seu objeto direto é o substantivo “utilidade”, e seu objeto indireto é o pronome oblíquo “lhe”.
- (D) É transitivo direto, cujo objeto direto é o substantivo “utilidade”; não havendo, portanto, elemento regido por preposição para desempenhar a função de objeto indireto.

Noções de Informática

9. Uma agência reguladora iniciou a utilização de ferramentas de inteligência artificial para apoiar a elaboração de notas técnicas, relatórios e minutas administrativas. Durante um treinamento, verificou-se que solicitações formuladas de maneira genérica produziam respostas pouco consistentes, frequentemente exigindo sucessivas reformulações até que o resultado atendesse às necessidades da equipe. Para reduzir esse retrabalho, foram apresentadas práticas recomendadas para a elaboração de instruções destinadas aos sistemas de IA generativa.

Assinale a alternativa que apresenta uma prática compatível com as técnicas de elaboração de prompts.

- (A) Elaborar solicitações contendo apenas palavras-chave, permitindo que o sistema determine autonomamente o objetivo da tarefa.
- (B) Fornecer instruções claras e específicas, definindo o contexto da atividade, o resultado esperado e eventuais restrições aplicáveis.
- (C) Utilizar comandos deliberadamente vagos para ampliar o número de interpretações possíveis produzidas pela ferramenta.
- (D) Encaminhar sucessivas solicitações com pequenas variações de redação, dispensando a definição prévia da finalidade da tarefa.

10. Durante uma auditoria realizada na infraestrutura tecnológica de uma agência reguladora, verificou-se que determinados serviços disponibilizados aos usuários dependiam de protocolos específicos para permitir a navegação em páginas institucionais, a troca de mensagens eletrônicas e a resolução de nomes de domínio. O relatório técnico destacou que o correto funcionamento desses protocolos é indispensável para a comunicação entre computadores conectados à Internet e às redes corporativas.

Assinale a alternativa que apresenta uma associação tecnicamente correta entre protocolo e serviço de rede.

- (A) HTTP para transferência de páginas web, SMTP para envio de mensagens eletrônicas e DNS para resolução de nomes de domínio.
- (B) DNS para transferência de arquivos, HTTP para autenticação de usuários e SMTP para resolução de endereços eletrônicos.
- (C) SMTP para resolução de nomes de domínio, DNS para navegação web e HTTP para sincronização automática de arquivos.
- (D) HTTP para gerenciamento de impressão, SMTP para compartilhamento de pastas e DNS para compactação de arquivos transmitidos.

11. Uma equipe técnica de uma agência reguladora concluiu a elaboração de um relatório contendo tabelas com informações sobre contratos, indicadores e registros de fiscalização. Antes do envio para impressão, foi necessário configurar o documento para que cada página exibisse automaticamente o cabeçalho da tabela, facilitando a leitura das informações impressas sem comprometer a organização do conteúdo. O procedimento deveria utilizar recursos nativos do Microsoft Word do Microsoft 365, preservando a estrutura do documento.

Assinale a alternativa que apresenta o recurso adequado para atender à situação descrita.

- (A) Inserir uma quebra de página antes de cada linha da tabela, mantendo manualmente os títulos em todas as páginas impressas.
- (B) Converter a tabela em caixa de texto, permitindo que o cabeçalho seja copiado automaticamente para cada nova página criada.
- (C) Configurar a primeira linha da tabela como linha de cabeçalho repetida, permitindo sua exibição automática nas páginas subsequentes.
- (D) Dividir a tabela em vários documentos independentes, reunindo-os apenas no momento da impressão do relatório final.

12. Durante a consolidação de informações financeiras em uma agência reguladora, uma equipe passou a executar diariamente a mesma sequência de operações no Microsoft Excel para Microsoft 365, envolvendo importação de dados, aplicação de filtros, formatação de células e geração de relatórios. Como essas atividades eram repetidas sem alterações significativas, a coordenação solicitou a adoção de um recurso capaz de automatizar o procedimento, reduzindo o tempo de execução e minimizando falhas decorrentes da intervenção manual.

Assinale a alternativa que identifica o recurso mais adequado para atender ao cenário apresentado.

- (A) Aplicar a função SOMA para registrar todas as etapas executadas durante o processamento dos dados da planilha.
- (B) Configurar a validação de dados para reproduzir automaticamente os comandos utilizados na atualização das informações.
- (C) Utilizar o recurso Congelar Painéis para preservar a sequência operacional durante a manipulação dos registros existentes.
- (D) Empregar uma macro para registrar e executar automaticamente a sequência de operações repetitivas realizada na planilha.

Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí

13. A ocupação colonial do território piauiense adquiriu características bastante peculiares. Nesse contexto, identifique a alternativa que caracteriza corretamente esse processo.

- (A) O povoamento avançou do litoral para os sertões, impulsionado pela formação de núcleos comerciais vinculados à atividade portuária.
- (B) A ocupação ocorreu do interior para o litoral, associada à expansão das fazendas de gado e à formação de uma sociedade predominantemente rural.
- (C) A colonização concentrou-se nas áreas urbanas, articulada ao crescimento das vilas e à diversificação das atividades manufatureiras.
- (D) O povoamento desenvolveu-se nas regiões litorâneas, favorecido pela agricultura de exportação e pela concentração da propriedade nas áreas costeiras.

14. O processo educacional piauiense, implantado pelo sistema oficial, teve início no século XVIII. Considerando a organização da instrução no Piauí às vésperas da Independência do Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A instrução estava organizada em seminários religiosos, responsáveis pela alfabetização e pelo ensino da língua latina na capitania.
- (B) O ensino distribuía-se entre escolas públicas rurais, criadas para atender às populações vinculadas às fazendas de criação de gado.
- (C) O ensino concentrava-se nas escolas familiares, enquanto a oferta oficial permanecia reduzida a poucas instituições e cadeiras de ensino.
- (D) A educação desenvolvia-se prioritariamente nas instituições jesuíticas, que mantinham escolas e seminários nos principais núcleos populacionais.

15. A expansão da agricultura moderna nos cerrados piauienses relaciona-se às características naturais e à reorganização do uso do território no Sudoeste do estado. Considerando os aspectos geográficos dessa região, marque a alternativa que apresenta uma característica favorável à ocupação agrícola dos platôs piauienses.

- (A) A presença de superfícies tabulares e de relevo aplainado nas Chapadas Altas, com altitudes médias entre 400 e 600 metros.
- (B) A predominância de terrenos montanhosos e de vertentes íngremes, favoráveis à mecanização das grandes propriedades agrícolas.
- (C) A ocorrência de extensas planícies litorâneas no interior do estado, associadas à elevada umidade e à vegetação de alta densidade.
- (D) A concentração de áreas deprimidas e permanentemente alagadas, propícias à implantação das culturas mecanizadas de sequeiro.

16. As transformações econômicas verificadas no Sudoeste Piauiense produziram alterações na organização espacial e na rede de cidades do estado. Nesse contexto, identifique a alternativa que caracteriza a dinâmica urbana associada à expansão da fronteira agrícola piauiense.

- (A) A especialização das cidades em atividades industriais desvinculadas da produção rural, acompanhada pela retração dos serviços destinados à agricultura.
- (B) A concentração das atividades agrícolas nos municípios litorâneos, acompanhada pelo deslocamento dos serviços especializados para as áreas costeiras.
- (C) A redução da centralidade das cidades do Sudoeste, decorrente da transferência das atividades comerciais para os municípios do norte do estado.
- (D) O fortalecimento de municípios como Bom Jesus e Uruçuí, associado à produção de grãos e à ampliação de atividades urbanas vinculadas ao setor agropecuário.

Legislação e Ética no Serviço Público

17. No serviço público, honestidade, integridade, decoro e zelo são virtudes que formam o pilar ético do agente público. Elas garantem que a máquina estatal sirva exclusivamente aos interesses da coletividade, indo além da mera legalidade para construir a confiança da sociedade na administração pública. Assim, podemos afirmar que o decoro está corretamente definido apenas em:

- (A) Trata do respeito à dignidade, à honra e à imagem da função pública. Exige do servidor uma postura polida, civilizada e adequada ao ambiente de trabalho, evitando comportamentos que possam desmoralizar o serviço público perante a sociedade.
- (B) Exige que o servidor atue com retidão, verdade e transparência. Na prática, significa não falsear a verdade e jamais utilizar o cargo para obter vantagens, facilidades ou privilégios indevidos para si ou para terceiros.
- (C) Refere-se à coerência entre os princípios, os valores e as ações do agente público. O servidor mantém uma conduta reta e proba de forma contínua, tanto no exercício oficial do cargo quanto na sua vida privada, blindando-se contra conflitos de interesse.
- (D) É o cuidado, a diligência e a dedicação com o trabalho. O servidor é pontual, eficiente, estuda e domina as normas do seu ofício, tratando a coisa pública e os cidadãos com o máximo de responsabilidade e economia de recursos.

18. Define a Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí), que a penalidade disciplinar de demissão poderá ser corretamente aplicada apenas quando o servidor:

- (A) Coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se ou desfilarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político, bem como manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
- (B) Cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações transitórias e de emergência, bem como retirar sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- (C) Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado, inclusive a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias.
- (D) Retardar andamento de documento e processo ou execução de serviço, deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse pessoal.

19. Na forma da Constituição do Estado do Piauí, de 05 de outubro de 1989, será assegurada licença à gestante, nos termos do artigo 54, XVII da CE/PI, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da alta da Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal, em caso de nascimento prematuro e/ou da necessidade comprovada através de laudo médico da permanência do recém-nascido na Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal mesmo em caso de prematuridade, prorrogável no caso de aleitamento materno, por no mínimo:

- (A) mais 15 (quinze) dias, estendendo-se, no máximo, até 60 (sessenta) dias, no caso de perda gestacional.
- (B) mais 30 (trinta) dias, estendendo-se, no máximo, até 90 (noventa) dias, no caso de perda gestacional.
- (C) mais 30 (trinta) dias, estendendo-se, no máximo, até 60 (sessenta) dias, no caso de perda gestacional.
- (D) mais 40 (quarenta) dias, estendendo-se, no máximo, até 120 (cento e vinte) dias, no caso de perda gestacional.

20. Define a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, – Lei de Acesso à Informação (LAI) que a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, o que define os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação legal, vigorando a partir da data de sua produção. Diante disso, o documento classificado como reservado permanecerá em sigilo pelo período corretamente informado apenas em:

- (A) 3 (três) anos.
- (B) 7 (sete) anos.
- (C) 5 (cinco) anos.
- (D) 10 (dez) anos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A contabilidade aplicada ao setor público tem por objeto o patrimônio público e busca fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e sobre aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física das entidades governamentais. Considerando os conceitos, os objetivos e as finalidades dessa ramificação da ciência contábil, bem como as particularidades que a distinguem da contabilidade empresarial, assinale a alternativa correta.

- (A) A finalidade principal da contabilidade pública é apurar o lucro do exercício como medida primordial de desempenho.
- (B) Seu objeto restringe-se ao orçamento, deixando de fora fatos não orçamentários como a depreciação de bens móveis.
- (C) Evidencia atos orçamentários e patrimoniais, apurando de forma independente os resultados orçamentário e patrimonial.
- (D) Destina-se exclusivamente a gestores e órgãos de controle, pois o cidadão comum não figura como usuário da informação.

22. A contabilidade de um ente público organiza a informação em três dimensões distintas, porém integradas: a orçamentária, que acompanha a aprovação e a execução do orçamento; a patrimonial, que reconhece ativos, passivos e variações pelo regime de competência; e a fiscal, que apura indicadores destinados à verificação de limites e metas, como resultado primário, resultado nominal e disponibilidade de caixa. Sobre a interação entre essas três dimensões, assinale a alternativa correta.

- (A) A dimensão fiscal utiliza exclusivamente informações da dimensão patrimonial, pois o resultado primário e o resultado nominal são apurados pelo regime de competência, a partir do confronto entre variações patrimoniais aumentativas e diminutivas do período.
- (B) O reconhecimento patrimonial de um passivo por competência, antes da emissão do empenho, é vedado, uma vez que a dimensão patrimonial está subordinada à dimensão orçamentária e nenhuma obrigação pode ser registrada sem prévia autorização na lei orçamentária.
- (C) A disponibilidade de caixa apurada para fins fiscais coincide com o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do balanço patrimonial, já que a dimensão fiscal se limita a reproduzir os saldos das contas patrimoniais de natureza financeira.
- (D) Um mesmo fato pode produzir registros nas três dimensões em momentos distintos: a aquisição de um bem gera execução orçamentária da despesa, incorporação de ativo sem impacto imediato no resultado patrimonial e repercussão na apuração fiscal, enquanto sua depreciação posterior afeta apenas a dimensão patrimonial.

23. Ao parametrizar o sistema contábil de um ente da Federação, a equipe técnica debate a estrutura do plano de contas adotado nacionalmente. Um dos analistas afirma que a primeira posição do código identifica a classe da conta e já revela a natureza da informação registrada; outro lembra que determinadas contas do ativo e do passivo carregam um atributo adicional, essencial para apurar o superávit financeiro utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais; um terceiro destaca que existe um dígito específico destinado a viabilizar a consolidação das contas entre entes distintos, eliminando transações recíprocas. Sobre a estrutura e os atributos desse plano de contas, marque a alternativa correta.

- (A) As classes 1 e 2 possuem natureza orçamentária, e o confronto das classes 5 e 6 apura o resultado patrimonial.
- (B) O indicador P/F separa ativos e passivos para apurar superávit financeiro, e a consolidação usa o dígito de tipo de saldo.
- (C) Contas permanentes dispensam autorização orçamentária, e o atributo financeiro aplica-se a todas as classes do plano.
- (D) O 5º nível do código indica o subsistema contábil, permitindo que a conta transite de classe conforme o estágio da despesa.

24. Uma autarquia estadual iniciou um projeto interno para criar um sistema informatizado de gestão de benefícios. Na primeira etapa, a equipe investigou tecnologias e alternativas de arquitetura; na segunda, passou a construir e testar o software para uso próprio. Paralelamente, a entidade pretende registrar como ativo a marca do programa social, criada internamente, e cogita reavaliar seus intangíveis. Considerando as disposições da NBC TSP 08 (R1), de 13 de novembro de 2025, assinale o item correto.

- (A) Gastos de desenvolvimento exigem viabilidade técnica para capitalização; sem separar as fases, tudo vira despesa.
- (B) Marcas geradas internamente podem ser ativadas, desde que seus custos sejam mensuráveis com confiabilidade.
- (C) A reavaliação de intangíveis é permitida mediante laudo técnico, mesmo na ausência de um mercado ativo.
- (D) Intangíveis de vida útil indefinida devem ser amortizados em até dez anos, dispensando o teste de *impairment*.

25. Um órgão público captou um empréstimo de longo prazo junto a instituição financeira, sujeito à cláusula contratual restritiva (*covenant*). Em 31/12/2025, data das demonstrações contábeis, a entidade descumpriu a cláusula, tornando o passivo exigível imediatamente. Em 20/01/2026, antes da autorização para emissão das demonstrações, o credor formalizou perdão (*waiver*), comprometendo-se a não exigir o pagamento antecipado. Considerando os critérios de classificação de passivos previstos na NBC TSP 11 (R1), assinale a alternativa correta.

- (A) O passivo deve ser classificado como não circulante, pois o perdão obtido em 20/01/2026 confirma condição que já existia na data das demonstrações contábeis, configurando evento subsequente que exige ajuste.
- (B) O passivo pode ser classificado como não circulante se a administração da autarquia demonstrar expectativa fundamentada de refinar a obrigação, ainda que a decisão de refinanciamento dependa exclusivamente do credor.
- (C) O passivo permanece classificado como não circulante, desde que a entidade avalie como remota a probabilidade de o credor exigir o pagamento imediato em razão da quebra da cláusula contratual.
- (D) O passivo deve ser classificado como circulante em 31/12/2025, pois o perdão foi concedido após a data das demonstrações contábeis; a classificação como não circulante somente seria admitida se, até essa data, o credor tivesse concedido carência de, no mínimo, doze meses.

26. Determinada organização pública, ao elaborar sua Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício encerrado, deparou-se com dúvidas sobre a composição do caixa e equivalentes de caixa, sobre o tratamento de transações que não envolvem movimentação financeira e sobre o método de evidenciação dos fluxos das atividades operacionais. Considerando as disposições da NBC TSP 12 (R1), marque a alternativa correta.

- (A) As aplicações da entidade em instrumentos patrimoniais de outras entidades integram, como regra geral, o conceito de equivalentes de caixa, desde que negociáveis em mercado ativo, ainda que sujeitas a risco relevante de mudança de valor.
- (B) A aquisição de bem imóvel mediante assunção direta de dívida com o alienante, por não gerar desembolso imediato, deve ser evidenciada no corpo da Demonstração dos Fluxos de Caixa, dentro das atividades de investimento, com valor de entrada e saída simultâneos.
- (C) Os saldos bancários a descoberto, exigíveis à vista, podem ser incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa quando integrarem a gestão financeira da entidade, sendo característico desse arranjo que o saldo da conta bancária flutue frequentemente entre posições positivas e negativas.
- (D) A norma incentiva as entidades do setor público a apresentarem os fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto, por evidenciar as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos do período.

27. Certo órgão público estadual iniciou a implementação de seu sistema de custos com base na NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, e surgiram divergências internas sobre responsabilidades, regime de apuração e tratamento de perdas. Considerando as disposições dessa norma, assinale a alternativa correta.

- (A) As perdas por redução ao valor recuperável, por indenizações e por catástrofes devem ser atribuídas aos objetos de custos sempre que decorrerem da atividade finalística da entidade, por representarem consumo efetivo de recursos públicos.
- (B) O custo do período deve ser apurado pelo regime de competência, salvo quando a execução orçamentária adotar critério distinto, hipótese em que prevalece o momento do empenho da despesa como marco de reconhecimento.
- (C) A geração da informação de custos é atribuição do profissional da contabilidade, ao passo que a integridade das bases de dados de origem é de responsabilidade dos respectivos gestores desses sistemas.
- (D) Entidades de pequeno porte ou que possuam base simplificada de dados ficam dispensadas de desenvolver iniciativas voltadas ao sistema de informação de custos, até que disponham de estrutura tecnológica adequada.

28. A evolução histórica do orçamento público revela uma mudança profunda na sua função dentro do Estado: aquilo que nasceu como simples instrumento de autorização e controle político sobre o poder de tributar e gastar transformou-se, ao longo do século XX, em ferramenta de administração e, posteriormente, de planejamento governamental. Essa trajetória alterou não apenas a técnica de elaboração da peça orçamentária, mas a própria natureza jurídica e conceitual do instituto, gerando divergências doutrinárias que persistem até hoje. Considerando as concepções doutrinárias sobre o conceito e a natureza do orçamento público, assinale a alternativa correta.

- (A) O orçamento tradicional (ou clássico) caracterizava-se pela ênfase no planejamento das ações governamentais, vinculando a alocação de recursos a programas e objetivos previamente definidos, sendo o controle político mera consequência secundária de sua estrutura.
- (B) Na concepção moderna, o orçamento deixa de ser mero demonstrativo contábil de receitas e despesas para assumir a condição de instrumento de intervenção estatal na economia e de materialização do planejamento, integrando-se aos demais instrumentos de programação governamental, sem, contudo, perder sua função original de controle.
- (C) A teoria majoritariamente adotada no Brasil atribui ao orçamento a natureza de lei em sentido material, uma vez que suas disposições criam direitos subjetivos aos beneficiários das dotações, obrigando o Poder Executivo à execução integral das despesas fixadas.
- (D) O orçamento de desempenho e o orçamento-programa são expressões sinônimas, pois ambos vinculam obrigatoriamente os recursos alocados a um sistema central de planejamento de médio e longo prazo, diferenciando-se apenas quanto à nomenclatura adotada em cada país.

29. Durante a execução orçamentária de um município, o setor de contabilidade identificou quatro ingressos de naturezas distintas: valores de IPTU devidamente lançados e ainda não pagos pelos contribuintes; recursos provenientes de operação de crédito contratada junto a instituição financeira; depósitos em caução exigidos de empresas contratadas como garantia contratual; e o produto da alienação de um imóvel público desafetado. Considerando os estágios da receita e as regras de classificação previstos na Lei nº 4.320/1964 e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa correta.

- (A) O estágio do lançamento é de observância obrigatória para todas as receitas orçamentárias, razão pela qual a operação de crédito e a alienação do imóvel somente poderão ser arrecadadas após o registro do respectivo lançamento pela autoridade competente.
- (B) Os depósitos em caução, por transitarem pelos cofres públicos e aumentarem as disponibilidades financeiras do ente, classificam-se como receita orçamentária corrente, na origem “outras receitas correntes”, e devem percorrer os estágios de arrecadação e recolhimento.
- (C) A operação de crédito e a alienação do imóvel classificam-se como receitas de capital e integram o cômputo da receita primária do ente, por representarem ingressos definitivos que ampliam sua capacidade de financiamento de despesas.
- (D) A operação de crédito e a alienação do imóvel são receitas de capital que, em regra, não percorrem o estágio do lançamento, ingressando diretamente no estágio da arrecadação, e o recolhimento dos valores arrecadados deve observar o princípio da unidade de tesouraria.

30. Durante a execução orçamentária de um órgão público, o setor financeiro identificou que determinada despesa já havia sido empenhada e liquidada, restando pendente apenas o pagamento ao credor no encerramento do exercício. Paralelamente, a equipe discutia o enquadramento de gastos com aquisição de equipamentos permanentes e com o pagamento de juros da dívida, dada a repercussão distinta de cada um sobre o patrimônio público. Considerando os estágios da despesa orçamentária e sua classificação quanto à categoria econômica, assinale o item correto.

- (A) O empenho cria obrigação de pagamento e pode ser dispensado em pequenos valores; juros da dívida são despesas de capital.
- (B) O pagamento atesta a execução contratual, e equipamentos permanentes constituem despesas correntes de manutenção.
- (C) Despesas liquidadas e não pagas geram restos a pagar não processados, e os juros da dívida integram o apital do ente.
- (D) A liquidação atesta o direito do credor (gerando restos a pagar processados), e equipamentos são despesas de capital.

31. A atividade de controle da gestão pública brasileira organiza-se a partir de classificações doutrinárias que consideram o momento de sua realização, o órgão que o exerce e o aspecto do ato administrativo alcançado pela fiscalização. Essas categorias não são meramente acadêmicas: definem quem pode corrigir o quê, quando e com qual profundidade, delimitando as fronteiras entre a atuação dos órgãos de controle e a autonomia decisória do gestor. A partir dessas classificações, indique a alternativa correta.

- (A) O controle prévio consolidou-se como o modelo predominante de fiscalização dos atos de gestão no Brasil contemporâneo, uma vez que impedir a formação do ato viciado é mais eficiente do que corrigi-lo depois de produzidos os seus efeitos.
- (B) O controle concomitante acompanha a execução do ato ou do programa de governo enquanto ela ocorre, permitindo a correção tempestiva de desvios antes da consumação integral do dano, e é característico das atividades de fiscalização contínua desempenhadas pelas unidades de controle interno.
- (C) O controle de mérito autoriza que os órgãos de fiscalização externos à estrutura administrativa revoguem atos discricionários que considerem inconvenientes ou inoportunos, já que a avaliação da economicidade abrange o juízo de conveniência do gestor.
- (D) O controle social constitui espécie de fiscalização exercida pelo cidadão por delegação formal dos órgãos institucionais de controle, de modo que sua atuação dependa de provocação prévia e se subordine às conclusões técnicas desses órgãos.

32. O dirigente de um órgão público determinou que a gestão de riscos deixasse de funcionar como rotina burocrática de preenchimento de matrizes e passasse a apoiar, de fato, as decisões estratégicas e a entrega de resultados à sociedade. A equipe técnica, contudo, diverge sobre a finalidade da gestão de riscos, seu vínculo com a estratégia e a distinção entre conceitos fundamentais do modelo COSO. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) A meta do COSO é eliminar totalmente os riscos, avaliando a gestão pela redução numérica de ameaças.
- (B) Risco é o prejuízo já consumado, de modo que o gerenciamento atua de forma reativa após a ocorrência do dano.
- (C) A gestão de riscos deve ser isolada do planejamento estratégico para garantir neutralidade na avaliação técnica.
- (D) Risco é a incerteza nos objetivos; deve ser gerido dentro do apetite da organização para gerar valor à sociedade.

33. Durante a revisão anual de sua carteira de riscos, uma autarquia estadual identificou que, mesmo após a aplicação dos controles existentes, determinado risco operacional permanecia acima do nível que a alta administração se dispôs a aceitar na busca de seus objetivos. A equipe técnica divergiu sobre os conceitos envolvidos e sobre qual deveria ser a conduta adequada diante desse cenário. Considerando os fundamentos da gestão de riscos aplicada às organizações públicas, indique o item correto.

- (A) O risco que subsiste após a atuação dos controles é o risco residual; quando ele supera o apetite a risco definido pela alta administração, a organização deve reavaliar a resposta adotada, podendo reforçar controles, compartilhar, evitar ou, de forma fundamentada, aceitar o risco.
- (B) O risco identificado após a atuação dos controles corresponde ao risco inerente, e sua permanência acima do nível aceito exige, obrigatoriamente, que a organização o elimine por completo antes de prosseguir com suas atividades.
- (C) Como os controles já foram implementados, o risco remanescente deixa de ser responsabilidade dos gestores da área e passa a ser tratado exclusivamente pela auditoria interna, a quem cabe decidir a resposta ao risco.
- (D) A situação descrita evidencia falha na etapa de identificação de riscos, pois um processo de gestão de riscos bem estruturado garante que nenhum risco residual ultrapasse o apetite fixado pela organização.

34. Uma fundação pública estadual iniciou a implantação da gestão de riscos tomando como referencial a ABNT NBR ISO 31000, com aprovação de política institucional, definição de responsabilidades e capacitação dos gestores. Ao longo do projeto, a equipe levantou dúvidas sobre os princípios, a estrutura e o processo descritos na norma. Com base nas diretrizes da ISO 31000 aplicadas ao setor público, indique a alternativa correta.

- (A) A criação e a proteção de valor figuram entre os princípios da gestão de riscos elencados pela norma, ao lado da integração, da personalização e da melhoria contínua.
- (B) O processo de gestão de riscos deve ser conduzido de forma autônoma e apartada das instâncias de governança da fundação, a fim de preservar a imparcialidade das avaliações realizadas pelos gestores.
- (C) A liderança e o comprometimento da alta administração constituem o elemento central da estrutura (framework) de gestão de riscos, cabendo-lhe integrar a gestão de riscos à governança, alinhá-la à estratégia e assegurar a alocação dos recursos necessários.
- (D) Por se tratar de norma certificável, a ISO 31000 estabelece requisitos auditáveis, e a fundação somente poderá declarar conformidade com suas diretrizes após auditoria externa de certificação.

35. Durante os trabalhos de auditoria em uma secretaria estadual de saúde, a equipe identificou, ainda na fase de planejamento, que os controles internos relacionados à gestão de estoques de medicamentos apresentavam fragilidades relevantes, como ausência de segregação de funções e registros de movimentação inconsistentes. Diante desse cenário, o coordenador da equipe precisou reavaliar a estratégia inicialmente traçada, ponderando os reflexos dessa constatação sobre a natureza, a época e a extensão dos procedimentos a serem aplicados na fase de execução, bem como sobre a comunicação dos achados. Considerando a lógica que orienta o processo de auditoria no setor público, marque a alternativa correta.

- (A) Risco de controle elevado exige reduzir o risco de detecção, ampliando a extensão e o rigor dos testes substantivos.
- (B) Diante de controles falhos, o auditor deve aplicar apenas testes de observância, dispensando os testes substantivos.
- (C) A falha de controle deve constar só no relatório final, sendo proibido antecipar achados durante o planejamento.
- (D) O aumento do risco de controle é compensado pelo risco de detecção, mantendo inalterados o plano e as amostras.

36. A equipe de auditoria de um órgão de controle foi designada para examinar um programa habitacional executado por um município de médio porte. O trabalho buscou verificar se as unidades entregues melhoraram, de fato, as condições de moradia da população beneficiada e se os recursos aplicados produziram o melhor resultado possível ao menor custo. Não houve exame das demonstrações contábeis do órgão executor nem emissão de opinião sobre elas. Considerando a classificação desse trabalho e as características dos tipos de auditoria aplicáveis ao setor público, indique a alternativa correta.

- (A) O trabalho configura auditoria de conformidade, pois todo exame sobre a aplicação de recursos públicos tem como critério central a aderência do gasto às regras que autorizaram a despesa, independentemente do objetivo declarado pela equipe.
- (B) O trabalho configura auditoria operacional, cujo exame alcança dimensões como economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, sendo esta última aferida pelos impactos reais produzidos na vida da população beneficiada pelo programa.
- (C) O trabalho configura auditoria financeira, já que a análise da relação entre custos e resultados de um programa governamental exige, como etapa prévia e obrigatória, a validação dos saldos contábeis a ele vinculados.
- (D) O trabalho configura auditoria integrada, uma vez que a verificação simultânea de resultados alcançados e de custos incorridos combina, necessariamente, os objetivos da auditoria financeira com os da auditoria de conformidade.

37. O regramento constitucional das finanças públicas impõe reserva de lei complementar para matérias sensíveis, como dívida pública e concessão de garantias, além de disciplinar a atuação do Banco Central em sua relação com o Tesouro Nacional. Esse desenho normativo busca impedir que a autoridade monetária financie diretamente o gasto governamental, prática historicamente associada a surtos inflacionários, sem, contudo, inviabilizar a execução da política monetária. Considerando as regras dos arts. 163 e 164 da Constituição Federal de 1988, inclusive as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 109/2021, indique o item correto.

- (A) A União pode delegar a emissão de moeda a bancos federais oficiais, sob supervisão direta do Banco Central.
- (B) É vedado ao Banco Central adquirir títulos do Tesouro Nacional a qualquer título, para evitar financiamento indireto.
- (C) O BACEN (BCB) compra e vende títulos do Tesouro para regular a moeda/juros, mas não pode conceder empréstimos ao Tesouro.
- (D) As disponibilidades de caixa de todos os entes devem ficar no BACEN, salvo casos em bancos oficiais por lei complementar.

38. A execução da despesa pública segue etapas legalmente definidas e produz efeitos relevantes para a identificação do exercício financeiro e para a inscrição de obrigações pendentes. Ao final do exercício, o gestor deve observar as regras da Lei nº 4.320/1964 relativas às despesas empenhadas, liquidadas e pagas. Considerando exclusivamente as disposições dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) Pertencem ao exercício as despesas nele empenhadas, podendo as não pagas ser inscritas em Restos a Pagar.
- (B) Apenas despesas liquidadas integram o exercício financeiro, sendo vedada a inscrição de empenhos não liquidados.
- (C) A despesa só pertence ao exercício financeiro após o efetivo pagamento, marco da competência orçamentária.
- (D) Despesas empenhadas e não liquidadas até 31 de dezembro devem ser anuladas, sendo proibida a inscrição em restos.

39. Uma sociedade de economia mista estadual foi criada por autorização legislativa para prestar serviço de interesse público específico. Durante auditoria, discutiu-se a aplicação das regras da Lei nº 6.404/1976 sobre controle acionário, administração e fiscalização da companhia. Considerando exclusivamente as disposições aplicáveis às sociedades de economia mista previstas na Lei nº 6.404/1976, assinale o item correto.

- (A) O conselho fiscal da sociedade de economia mista funcionará em caráter permanente apenas se a assembleia deliberar.
- (B) O ente controlador tem deveres de acionista e pode orientar a estatal ao interesse público que justificou sua criação.
- (C) As sociedades de economia mista são imunes à Lei 6.404/76, regendo-se apenas por legislação estatal própria.
- (D) O conselho de administração é opcional nessas empresas, desde que a diretoria assuma suas atribuições estatutárias.

40. Um contador atua em uma autarquia e recebe solicitação para elaborar demonstrativos destinados à prestação de contas, embora reconheça não possuir conhecimento técnico suficiente sobre uma norma específica aplicável ao caso. Pressionado pela chefia para concluir o trabalho rapidamente, ele avalia diferentes condutas possíveis. Com base na NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, assinale a alternativa correta.

- (A) O contador deve recusar sua indicação para o trabalho, quando reconhecer não possuir a capacitação necessária, ainda que exista pressão da administração para sua execução.
- (B) O contador deve executar o trabalho normalmente, desde que informe posteriormente sua limitação técnica ao superior hierárquico, preservando a continuidade do serviço público.
- (C) O contador deve realizar o trabalho utilizando exclusivamente modelos elaborados por outros profissionais, pois a responsabilidade técnica passa a ser compartilhada entre todos os envolvidos.
- (D) O contador pode aceitar o trabalho desde que obtenha autorização formal da chefia, hipótese em que a responsabilidade ética será transferida ao gestor que determinou a execução.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto deverá conter o limite máximo de **30 (tinta) linhas** efetivamente escritas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- As provas discursivas serão compostas, para todos os cargos/especialidades, por 01 (uma) questão prática, sob a forma de estudo de caso, relacionada às atribuições do respectivo cargo/especialidade e aos conteúdos específicos constantes do Anexo II do Edital.
- O candidato deverá apresentar solução fundamentada para a situação-problema proposta, em texto dissertativo.

No Município Vila Bonança do Sossego, o exercício de 2025 trouxe três surpresas à Secretaria de Fazenda:

- a) Em abril, a dotação da merenda escolar ficou insuficiente com a disparada no preço dos alimentos;
- b) Em julho, uma lei municipal criou o programa Castração Solidária, sem dotação na LOA em vigor;
- c) Em outubro, um temporal rompeu a adutora da cidade, com calamidade pública decretada e gastos urgentes e imprevistos.

Para resolver tudo de uma vez, o Secretário sugeriu ao Prefeito um único decreto, apoiado na autorização da LOA para suplementações de até 20% e com a anulação parcial de dotações como fonte nos três casos.

Como analista contábil, avalie a sugestão dada pelo Secretário. Em sua análise, você deverá: classificar o crédito adicional cabível em cada situação e indicar o instrumento de abertura, a autorização legislativa exigida e o tratamento das fontes de recursos, apontando, se existirem, os possíveis equívocos percebidos no caso.

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	